

# Rogério Neiva

## DIREITO e PROCESSO do TRABALHO aplicados à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e FAZENDA PÚBLICA

Atualizado de acordo com:

- a decisão do STF que julgou as ADIs que questionavam a EC 62/2009 (Emenda dos Precatórios)
- as novas regras sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho
- novas OJs e Súmulas do TST, até maio de 2015

**2<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada

Atualizado de  
acordo com os  
impactos do

**(Novo  
CPC)**

Lei 13.105  
de 16.03.2015



## SUMÁRIO

<b>I. DIREITO DO TRABALHO APLICADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>15</b>
I.1 Aspectos introdutórios .....	15
I.1.1 As relações de trabalho na Administração Pública.....	15
I.1.2 Algumas noções importantes sobre a relação de emprego e o Direito do Trabalho .....	23
I.1.3 O Direito do Trabalho na Administração Pública.....	30
I.2 Estabelecimento e Desenvolvimento do Contrato de Trabalho na Administração Pública.....	39
I.2.1 Concurso público para ocupação de emprego público ...	39
I.2.2 Emprego público em comissão .....	49
I.2.3 Equiparação salarial e desvio funcional na Administração Pública .....	54
I.2.4 Alteração do contrato de trabalho na Administração Pública .....	60
I.2.5 Sucessão trabalhista e a Administração Pública.....	62
I.2.6 Validade de Legislação Estadual, Distrital e Municipal....	65
I.3 Terceirização na Administração Pública.....	67
I.4 Extinção do contrato de trabalho .....	81
I.4.1 Estabilidade do empregado público .....	81
I.4.2 Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho.....	89
I.4.3 Tutela das verbas rescisórias .....	93
I.5 Direito coletivo do trabalho na Administração Pública.....	97
I.5.1 Organização sindical .....	97
I.5.2 Solução de conflitos coletivos envolvendo a Administração Pública .....	104

<b>II. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>111</b>
II.1 A Fazenda Pública em juízo e os princípios do Direito Processual do Trabalho.....	111
II.2 Competência da Justiça do Trabalho e a Fazenda Pública.....	116
II.2.1 Introdução.....	116
II.2.2 Lides decorrentes de relação de trabalho e servidores públicos.....	117
II.2.3 Lides decorrentes do exercício do direito de greve....	124
II.2.4 Lides sindicais.....	126
II.2.5 Atos da fiscalização do trabalho .....	128
II.2.6 Indenização por dano moral ou patrimonial decorrente da relação de trabalho.....	130
II.2.7 Mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> ...	132
II.2.8 Execução de ofício de contribuições previdenciárias e competência em matéria tributária .....	136
II.3 As prerrogativas da Fazenda Pública no Direito Processual do Trabalho .....	143
II.3.1 Presunção de validade dos termos de rescisão dos contratos de trabalho .....	143
II.3.2 Prazo em quádruplo para comparecimento à audiência una ou inaugural .....	144
II.3.3 Prazo em dobro para recorrer.....	150
II.3.4 Dispensa de recolhimento de depósito recursal e pagamento de custas.....	152
II.3.5 Remessa necessária .....	154
II.4 Outros institutos e conceitos típicos da Fazenda Pública....	158
II.4.1 Reconhecimento de revelia.....	158
II.4.2 Representação de procuradores.....	160
II.4.3 Dispensa de autenticação de documentos.....	161
II.4.4 Legitimidade recursal dos entes da Administração Direta em relação às entidades que compõe a Administração Indireta .....	162
II.5 Execução contra a Fazenda Pública.....	164
II.5.1 Introdução .....	164

II.5.2 Fase processual da execução contra a Fazenda Pública.....	166
II.5.2.1 Introdução.....	166
II.5.2.2 Matérias passíveis de alegação pela Fazenda Pública .....	170
II.6 Dos procedimentos de requisições .....	174
II.6.1 Da execução por meio de precatórios.....	174
II.6.1.1 Introdução.....	174
II.6.1.2 Definições importantes: precatório, requisitório, apresentação e expedição.....	181
II.6.1.3 Fracionamento de precatórios .....	186
II.6.1.4 Listagem e preferências em precatórios .....	193
II.6.2 Disponibilização orçamentária, regime especial, sequestro e pagamento .....	201
II.6.2.1 Compensação.....	209
II.6.2.2 Revisão de cálculos em precatórios.....	215
II.6.3 Da execução da dívida de pequeno valor.....	218
II.6.4 Juros de mora .....	225
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>235</b>
<b>GUIA SISTEMATIZADO DE RECURSOS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>237</b>
I. Competência funcional no direito processual do trabalho e a lógica recursal.....	237
II. Efeito dos recursos.....	239
III. Requisitos de admissibilidade .....	240
IV. Quadro de recursos .....	246
V. Conteúdo complementar sobre recursos .....	247
V.1 Guia sistematizado de recurso de revista.....	247
V.2 Recurso de embargos.....	252
V.3 Impugnação às decisões monocráticas .....	254
V.4 Agravo contra decisão interlocutória de relator e poderes monocráticos .....	256
V.5 Recurso adesivo .....	258
V.6 Processamento de agravo de instrumento nos próprios autos.....	258

<b>GUIA SISTEMATIZADO DE AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO.....</b>	<b>259</b>
I.    Conceito .....	259
II.   Natureza jurídica.....	259
III.  Juízos de rescindibilidade e rescisóriedade.....	259
IV.  Objeto de rescindibilidade e competência.....	260
V.   Partes .....	263
VI.  Requisitos .....	264
VI.1 Coisa julgada.....	264
VI.2 Prazo decadencial.....	266
VI.3 Prequestionamento .....	268
VII.  Indeferimento da petição inicial.....	270
VIII. Aspectos recursais.....	270
IX.  Despesas processuais, custas, honorários e depósito prévio.....	271
X.   Aspectos gerais .....	273
XI.  Fundamentos de rescindibilidade .....	274
XI.1 Dolo e colusão .....	274
XI.2 Violação à coisa julgada.....	275
XI.3. Violação legal (art. 485, V, do CPC).....	276
XI.4 Documento novo .....	278
XI.5 Erro de fato .....	278
XI.6 Invalidade de confissão.....	279
XII.  Pleitos cautelares.....	279
 <b>SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO ORGANIZADAS POR TEMAS .....</b>	 <b>281</b>